



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007059-68.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **Fausto Aparecido da Silva de Souza**
Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor impugna a exigibilidade de débito que lhe foi cobrado, alegando que não é titular da linha telefônica a ele correspondente.

O documento de fl. 02 evidencia a cobrança lançada pela ré ao autor por dívida oriunda da linha nº (16) 3366-8511.

Já a ré em contestação sustentou a legitimidade dessa cobrança, nada havendo a maculá-la.

Em processo anterior que tramitou neste Juízo foi proferida sentença cuja cópia se encontra a fls. 28/30.

Dentre os pontos que dirimiu, constou dela a declaração de "*inexigibilidade em face do autor dos débitos relativos à linha telefônica nº 3366-8511*" (fl. 29, item 1 da parte dispositiva).

É certo, outrossim, que tal decisório transitou em julgado (fl. 31).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Inexiste à evidência respaldo à cobrança trazida à colação, afrontando a mesma com clareza a coisa julgada emanada da sentença de fl. 29/30.

A declaração da inexigibilidade do débito novamente transparece de rigor, ficando a ré advertida de que a persistir nessa injustificada postura (e implementando novas cobranças sob o mesmo fundamento) estará sujeita à consideração de que age de má-fé, além de poder provocar danos morais ao autor passíveis de oportuno ressarcimento.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito indicado a fl. 01 e cobrado a fl. 02.

Torno definitiva a decisão de fls. 03/04, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 22 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**